



Nos termos da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, os atos e contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus e que tenham sido precedidos de um procedimento pré contratual previsto nessa Lei ou no CCP estão sujeitos a fiscalização prévia especial, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Tribunal de Contas analisou 141 processos no âmbito da fiscalização prévia especial no mês de setembro, com um montante na ordem dos 2.134 milhões de euros. Deste total 43 tiveram decisão de procedência (2.095,3M€). Não se registou nenhuma decisão de improcedência neste mês. Em termos acumulados, já foram analisados 683 processos com um valor de cerca de 3.196 milhões de euros. Até ao final de setembro só se registou uma decisão de improcedência (0,0M€).

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA ESPECIAL NO MÊS DE SETEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Decisão de Procedência	21	14,89	369 620 243,83	17,32
Decisão de Procedência com Recomendação	22	15,60	1 725 753 730,42	80,86
Decisão de Improcedência	0	0,00		
Remessa para ARF/Concomitante (*)	6	4,26	38 927 235,88	1,82
Extinções da instância e outras (**)	92	65,25		
TOTAL DE DECISÕES	141	100	2 134 301 210,13	100

(*) Inclui Remessa para Apuramento de Responsabilidades Financeiras (ARF), Remessa para Concomitante e Remessa para ARF e Concomitante

(**) Inclui arquivamentos, devolvidos não sujeitos a fiscalização prévia especial, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos.

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2025

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Decisão de Procedência	139	20,35	775 430 978,07	24,26
Decisão de Procedência com Recomendação	160	23,43	2 222 678 803,66	69,52
Decisão de Improcedência	1	0,15	1 288 907,40	0,04
Remessa para ARF/Concomitante (*)	46	6,73	197 581 833,01	6,18
Extinções da instância e outras (**)	337	49,34		
TOTAL DE DECISÕES	683	100	3 196 980 522,14	100